

Audiência Pública nº 002/2017

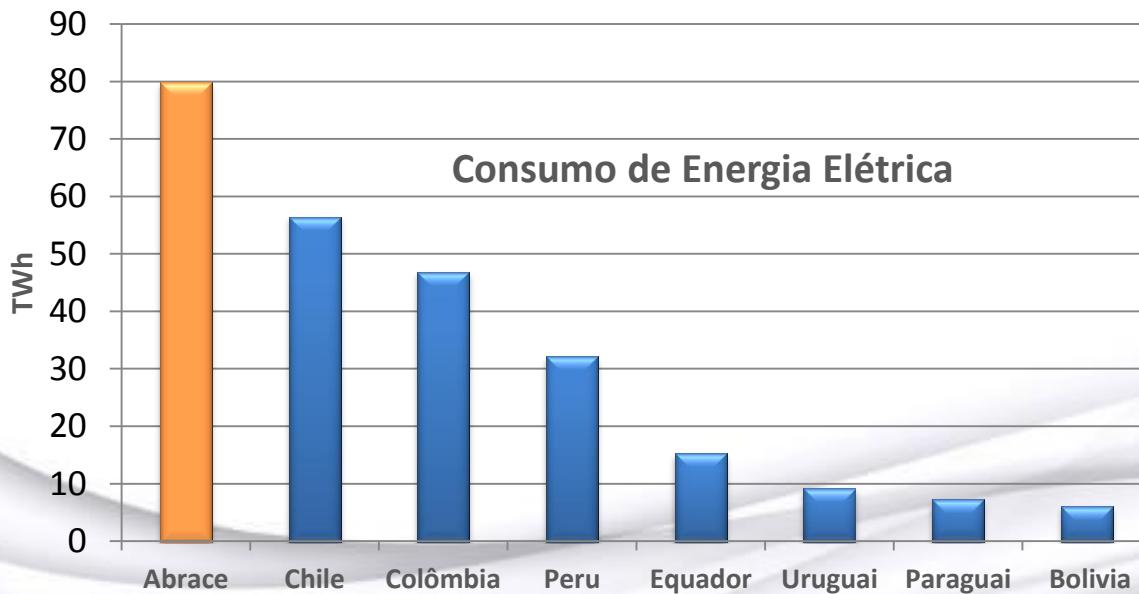
Revisão Tarifária da Sergás

Natália M. de Oliveira

› 31 de agosto de 2017

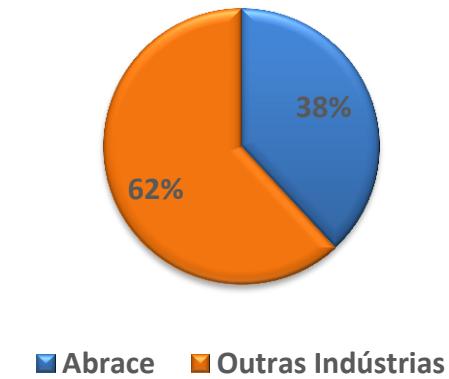
Quem somos

- › Fundada em agosto de 1984
- › 51 Associadas (+ 500 unidades de consumo)
- › Focada na competitividade e no desenvolvimento sustentável do País e na modernização, transparência e integração competitiva do setor de energia

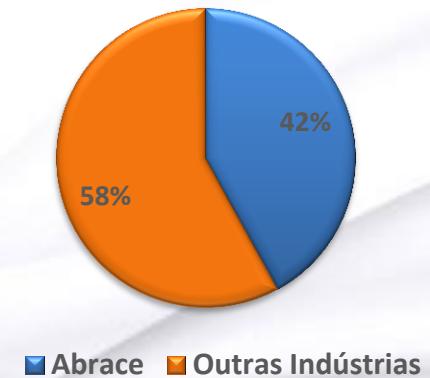


Fonte: Energy International Energy - Key World Energy Statistics 2012

Consumo de Energia Elétrica



Consumo de Gás Natural



Quem somos

Química / Petro	Papel / Celulose	Mineração	Siderurgia	Alumínio	Ferro-ligas
 <p>AkzoNobel Tomorrow's Answers Today</p>	 <p>BO PAPER INDÚSTRIA DE PAPEIS</p>	 <p>ANGLO FERROUS BRAZIL</p>  <p>ARCONIC</p>	 <p>ArcelorMittal</p>	 <p>ALBRAS</p>	 <p>operam</p>
 <p>Bayer</p>	 <p>Fibria</p>	 <p>CMOC</p>	 <p>CSN Companhia Siderúrgica Nacional</p>	 <p>ALCOA</p>	 <p>Ferbasá</p>
 <p>Braskem</p>	 <p>PISA INDÚSTRIA DE PAPEIS</p>	 <p>HYDRO</p>	 <p>GERDAU</p>	 <p>maringá</p>	 <p>LIASA</p>
 <p>CLARIANT</p>	 <p>SUZANO PAPEL E CELULÓSE</p>	 <p>IMERYS</p>	 <p>KINROSS</p>	 <p>thyssenkrupp</p>	 <p>NOVELIS</p>
 <p>RHODIA SOLVAY GROUP</p>	 <p>WestRock</p>	 <p>SAMARCO</p>	 <p>VALE</p>	 <p>USIMINAS</p>	 <p>vallourec</p>
<p>Cloro / Soda</p>	<p>Têxtil</p>	<p>Vidros</p>	<p>Alimentos</p>	<p>Gases Industriais</p>	<p>Cimento</p>
 <p>Dow</p>	 <p>COTEMINAS</p>	 <p>cebrace</p>	 <p>ambev</p>	 <p>AIR LIQUIDE</p>	 <p>CIPLAN</p>
 <p>SOLVAY</p>	 <p>Automobilístico</p>	 <p>GUARDIAN</p>	 <p>BRASIL KIRIN</p>	 <p>Linde</p>	 <p>Votorantim</p>
 <p>UNIPAR CARBOCLORO</p>	 <p>GM</p>	 <p>OWENS-ILLINOIS</p>	 <p>Cargill</p>	 <p>Nestlé Faz Bem</p>	 <p>WHITE MARTINS PRAXAIR INC</p>
		 <p>WHEATON BRASIL</p>			<p>Outros</p>
					 <p>RANDON IMPLEMENTOS</p>

Contexto econômico

Apesar de representar apenas 27% no número de firmas, energointensivos respondem por 49% do valor adicionado ao PIB

Faturamento, renda e emprego na indústria, 2013, Brasil

Renda e emprego	Indústria total ¹ (A)	Intensiva em energia (B)	Demais setores (C)	(%) na indústria total (B/A)
Número de firmas	185.628	50.373	135.255	27,1%
Trabalhadores	8.435.560	3.282.691	5.152.869	38,9%
Valor da produção (R\$ bilhões) por trabalhador (R\$ mil)	3.211,044 380,656	1.450,374 441,825	1.760,670 341,687	45,2% 116,1%
Valor da transformação industrial (R\$ bilhões) por trabalhador (R\$ mil)	1.069,224 126,752	533,458 162,506	535,766 103,974	49,9% 128,2%
Valor adicionado - PIB (R\$ bilhões) por trabalhador (R\$ mil)	759,381 90,021	372,228 113,391	387,153 75,134	49,0% 126,0%
Salários e retiradas por trabalhador (R\$ mil)	262,538 31,123	107,825 32,847	154,713 30,025	41,1% 105,5%

Fonte: PIA 2013, IBGE. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Contexto econômico

E 67,5% dos investimentos do setor industrial



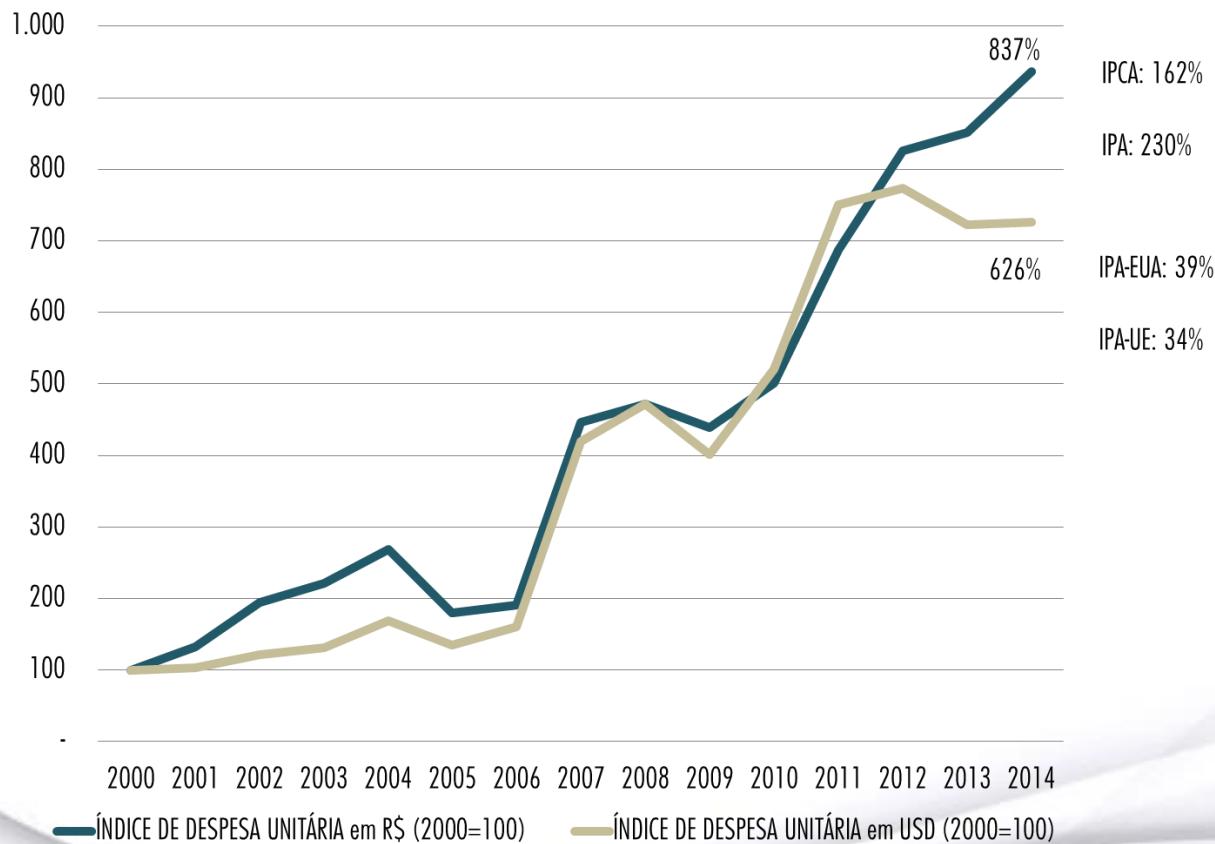
Investimento, 2013, Brasil

Investimentos	Indústria total (A)	Intensiva em energia (B)	Demais setores (C)	(%) na indústria total (B/A)
Total da formação bruta de capital fixo (R\$ bilhões)	213,847	144,386	69,461	67,5%
Aquisições de ativo fixo (R\$ bilhões)	208,064	141,831	66,233	68,2%
Despesas com melhorias (R\$ bilhões)	5,784	2,555	3,229	44,2%
Excedente operacional reinvestido (%) ²	56,4%	68,2%	41,5%	-

Fonte: IBGE. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica. Notas: (1) Extrativa e de transformação; (2) Total da formação bruta de capital fixo sobre a diferença entre o valor adicionado e os gastos com pessoal, a qual é equivalente ao lucro bruto das operações industriais.

1. Contexto econômico

Custo unitário do gás natural na indústria de transformação
Índice base 2000 = 100 e taxas de variação acumulada



Fonte: Ex Ante Consultoria Econômica

O custo unitário com gás natural da indústria brasileira aumentou em 837% entre 2000 e 2014 –

Aumento foi muito superior aos principais índices de inflação do período – IPCA: 162% e IPA: 230%.

Novos modelos de comercialização podem oferecer soluções mais competitivas: abertura dos Mercado estaduais

Regulação estadual



Exploração,
Produção e
Tratamento



Transporte



Distribuição

Cadeia de valor da Indústria de Gás Natural

Segmento
potencialmente
competitivo

Estrutura potencialmente monopolística
(monopólio natural)

Regulação federal
(Agência Nacional do Petróleo)
Lei 9.478/2007, Lei 11.909/2009 e Decreto 7.382/2010

Regulação
estadual
Leis estaduais

Regulação estadual



Monopólio na distribuição de gás canalizado

Regras devem incentivar:

- Ganhos de produtividade
- Investimentos prudentes
- Gestão eficiente

Regulação estadual



- Ausência de regulação tem como consequência margem de distribuição significativamente maior do que ela seria se o mercado fosse concorrencial – seja pelo poder de mercado do monopolista seja pela falta de incentivos a ganhos de eficiência

Efeitos para os consumidores

- Agência reguladora autônoma mitiga conflitos de interesses decorrentes da estrutura acionária e cria mecanismos que asseguram modicidade tarifária, sem comprometer equilíbrio econômico e financeiro do contrato

Agências Estaduais

Monopólio na distribuição de gás canalizado

Regras devem incentivar:

- Ganhos de produtividade
- Investimentos prudentes
- Gestão eficiente

- A distribuição de GN em países como EUA, México, Inglaterra, Espanha e Austrália é submetida a forte regulação, estadual ou federal, a depender do arcabouço legal de cada país

Prática internacional

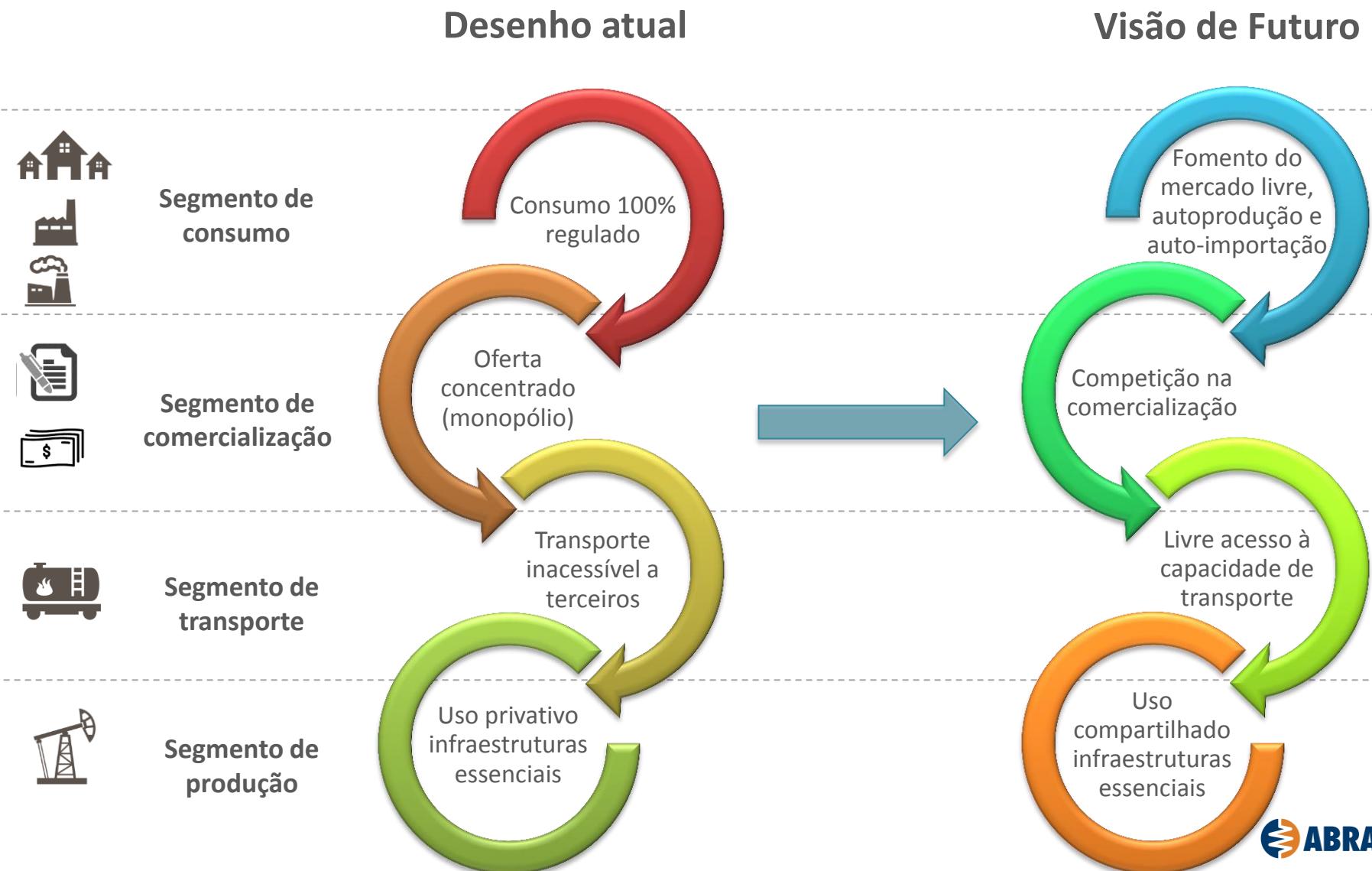
Panorama

Contratos de Concessão e Regras de Revisão



Estado	BA, PR, PE, PB, SC, RS, SE	Alagoas e Ceará	Espírito Santo	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo
Consumidor Livre	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
Revisões da Margem de Distribuição	Anual	Anual	Anual	Quinquenal	Quinquenal	Quinquenal
Audiência Pública	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Remuneração do Capital	20%	20%	15%	WACC	CAPM	WACC
Remuneração Custo Operacional	20%	20%	15%	Não consta no contrato	Não consta no contrato	Não consta no contrato
Volume de vendas	80%	80%	80%	100%	100%	100%

Cenário atual e visão de futuro



■ Revisão Tarifária

Regulação Tarifária

■ Revisão tarifária

Curto Prazo

Aprimoramento das regras para aplicação do contrato de concessão vigente

Médio Prazo

Discussão para aprimoramento do Contrato de Concessão e adequação com melhores práticas

■ Revisão Tarifária

› Curto prazo

- › Fortalecimento da Agência Reguladora local a partir de formação e qualificação do corpo técnico, autonomia e estruturas adequadas à execução da missão da agência;
- › Consultas e audiências públicas prévias a alterações tarifárias, a normas vigentes ou implantação de novas normas;
- › Aprimoramentos na qualidade das informações disponíveis em processos de revisão tarifária:
 - › Informações devem permitir a comparação de indicadores da concessionária com benchmarks do setor;
 - › Agência deve buscar aprimorar a qualidade das projeções realizadas no âmbito das revisões tarifárias
- › Criação de mecanismos que incentivem ganhos de eficiência/produtividade;
- › Limitação de produtores na gestão da distribuidora;
- › Criação de Mecanismos regulatórios para contratação de gás natural.

■ Revisão Tarifária

› Médio prazo

- › Remuneração dos investimentos da Concessionária através do modelo WACC (Weighted Average Cost of Capital);
- › Ausência de remuneração sobre os custos operacionais;
- › Não consideração de impostos sobre resultados (IRPJ e CSLL) na margem de distribuição (caso Espírito Santo);
- › Alocação do risco de volume comercializado para a distribuidora;
- › Ciclos de revisão plurianuais e de reajustes anuais levando em consideração ganhos de produtividade.

Conclusões

- › Diferencial de custo do gás natural com países que competem com o Brasil inibe investimentos e prejudica a competitividade;
- › Regulação tarifária pode incentivar ganhos de produtividade que levem à redução da margem de distribuição e, ao mesmo tempo, definir e fiscalizar repasse adequado de custos de aquisição da molécula;
- › Abertura do mercado de gás natural é condição necessária para a ampliação da competição na indústria de gás natural;
- › EUA, Reino Unido, Espanha e outros adotaram a abertura do mercado como forma de ampliar a competição em um esforço objetivo de desenvolver sua indústria de gás;
- › Redução de preço do GNL nos mercados internacionais pode permitir diversificação da oferta no Brasil e ganho de competitividade aos estados que viabilizarem esta oferta primeiro.

Gás Para Crescer

- Programa Gás para Crescer do Ministério de Minas e Energia é iniciativa para modernização da IGN
- Contou com a contribuição de cerca de 100 representantes técnicos em subcomitês que discutiram os aperfeiçoamentos necessário à Lei do Gás
 - 9 subcomitês técnicos com dezenas de participantes ativos
 - Exemplo: **Subcomitê Transporte e Estocagem:** 13 reuniões em 2 meses e meio, com cerca de 25 participantes frequentes, 11 apresentações de técnicos especialistas discutindo sobre temas diversos. Produto: Nota Técnica e proposta de alteração legal.
- Após a conclusão dos trabalhos técnicos, ABRACE organizou construção de agenda mínima, para garantir que proposta do Governo refletisse as posições dos grupos técnicos e apoio de agentes antes que as propostas chegassem ao Congresso.



Gás para Crescer – Próximos Passos



GÁS PARA CRESCER

Oferta competitiva de Gás Natural pode impulsionar a indústria e contribuir com o crescimento econômico do Brasil

A regulação da indústria do gás natural no Brasil está passando por mudanças. A construção de uma visão de futuro para o setor, no âmbito da iniciativa Gás Para Crescer possibilitou uma oportunidade única para uma reconfiguração da indústria mais favorável à competição.

O novo desenho poderá transformar o setor de gás natural em alavanca através do uso do energético pela indústria, um de seus destinos mais nobres, para a geração de energia que deverá firmar as fontes renováveis, e para destravar investimentos e gerar empregos. O desenho de um modelo que assegure o aumento da oferta e da competição também é fundamental para gerar receitas para a União e para os Estados.

 ABRACE

AS MUDANÇAS ESSENCIAIS NO SETOR DE GÁS NATURAL

1
Impostos

Adequar a forma de cobrança dos impostos ao novo modelo, ou seja, desvincular o fluxo físico e contábil de gás na incidência de tributos. As novas regras vão reduzir inseguranças jurídicas e podem atrair novos investidores.

2
Infraestrutura e transporte

As regras de transporte são fundamentais para destravar o mercado. Uma nova lei poderá criar um modelo de gestão independente que vai trazer mais transparência nas informações sobre a capacidade dos gasodutos.

3
Diversificação de oferta

Garantias legais para os diferentes produtores acessarem gasodutos de escoamento, Unidades de processamento e terminais de GNL, ativos fundamentais à produção de gás no Brasil ou importação quando mais atrativo

4
Competitividade

Fortalecer a ANP e viabilizar mecanismos infralegais de regulação e fiscalização para evitar práticas anticoncorrenciais. Criar previsão legal para um mercado de curto prazo que poderá trazer mais eficiência e flexibilidade para produtores, comercializadores, consumidores livres e distribuidoras.

5
Diretrizes nacionais para o mercado de distribuição de gás natural

Hoje, cada estado brasileiro é responsável pela criação das regras de distribuição de gás natural. Isto não deverá mudar, mas construir um manual de boas práticas regulatórias pode ampliar a competitividade dos estados. Na parcela de comercialização da molécula, o Governo Federal pode definir as diretrizes.

6
Integração entre os setores de energia elétrica e gás natural

A adequação dos contratos de suprimento de gás para a geração termelétrica é fundamental para gerar preços competitivos e estimular a geração de energia que garante a segurança energética do Brasil.



camila@abrace.org.br

www.abrace.org.br

SBN – Quadra 1 – Bloco B, 14 – Sala 701
Edifício CNC – Brasília – DF – (61) 3878 3500
abrace@abrace.org.br